

INSTITUIÇÕES CULTURAIS E REDES DE COOPERAÇÃO INTELLECTUAL NO RS DOS ANOS 1920: O IHGRGS E O APERS¹

Jefferson Teles Martins²

Nesta palestra, inicialmente, quero retomar o contexto intelectual brasileiro e sul-rio-grandense do primeiro pós-Guerra, relacionando a visita de Olavo Bilac ao Rio Grande do Sul, em 1916³, com a organização dos intelectuais locais em torno no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1920, e de uma agenda intelectual que colocava o regionalismo a serviço do nacionalismo, para resolver a questão da integração do Rio Grande do Sul ao todo da nacionalidade. Em seguida, quero ressaltar a cooperação interinstitucional como estratégia de um grupo de agentes que atuava em diversas instituições, públicas ou não, entre elas o Arquivo Público do Estado, o Museu Júlio de Castilhos e o IHGRGS para o mútuo fortalecimento dessas instituições e a consolidação de um conjunto de posições estratégicas de prestígio intelectual.

A Primeira Guerra Mundial gerou profundas mudanças no universo intelectual brasileiro. Nesse contexto, emergiu o “novo nacionalismo”, que teve como resultado concreto a criação da *Liga de Defesa Nacional*, cuja vanguarda foi assumida por intelectuais como Olavo Bilac e Coelho Neto. As sociedades europeias que antes eram vistas como modelo a ser seguido, passaram a ser criticadas e passaram a ser avaliadas negativamente, como sociedades “velhas” e “ultrapassadas”, abrindo espaço para a valorização dos caracteres nacionais, vistos, agora, como o “novo” e o “futuro”, cheios de possibilidades para um “brilhante” devir. Por outro lado, a crise de hegemonia por que passava o pacto oligárquico, que deu os primeiros sinais de fissura na Campanha Civilista (1910), abriu a estrutura de *oportunidade* política para que ocorresse a reconversão de intelectuais como Olavo Bilac e Coelho Netto – em meio à crise da hegemonia do Parnasianismo que já dava sinais de esgotamento – para questões políticas e sociais, buscando assegurar o domínio simbólico do campo literário e sobre a definição dos critérios legítimos da produção intelectual. É em meio a este conjunto

1 Palestra proferida no Arquivo Público do Estado no Painel *O Arquivo Público e a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: cooperação interinstitucional*, dia 12 de março de 2020.

2 Doutor em História, membro efetivo do IHGRGS.

3 Analisei a visita de Olavo Bilac no artigo “A visita de Olavo Bilac e a implantação do programa nacionalista entre os intelectuais gaúchos”. In: RIHGRGS, Porto Alegre, n. 152, p. 53-68, julho de 2017.

de transformações e crises que surge a *oportunidade* para os intelectuais se inserirem no mundo social, tomar *posições* e ocupar *espaços* no campo de poder, rompendo com o isolamento que os caracterizou nas primeiras décadas republicanas. Os intelectuais mediante a redefinição do seu *papel* na sociedade passam a ocupar, ou reivindicar, a posição de porta-vozes e vanguarda dentro de um programa nacionalista, que tinha como “missão” criar a Nação (SKIDMORE, 1975; VELLOSO, 1993; PECAUT, 1990).

Esse movimento nacionalista do primeiro pós-guerra instaurou uma *agenda* intelectual a ser seguida, na qual figurava, com prioridade, o estabelecimento de uma identidade nacional, mas também afetou os próprios *critérios* de *reconhecimento* e *legitimação* intelectual. Os intelectuais se auto investem da condição de portadores da “identidade nacional”. As produções da literatura e da arte deveriam, a partir de então, ter uma função social e didática para serem aceitas como legítimas: ensinar ao cidadão o amor à Pátria (PECAUT, 1990; VELLOSO, 1993). As periferias do “campo” intelectual brasileiro não ficaram infensas a estas transformações nos padrões de legitimação da esfera intelectual, quanto ao papel dos homens de letras e quanto à agenda intelectual.

Em 1916, Olavo Bilac, em sua cruzada de propaganda nacionalista, esteve durante trinta dias no Rio Grande do Sul, dos quais 14 somente em Porto Alegre, em múltiplas solenidades, como conferências, privadas e públicas, desfiles, jantares, etc., pregando a criação de uma unidade da Liga de Defesa Nacional e a profissão ao culto nacionalista. Foi formada uma comissão central para organizar todas as recepções e festas que se fariam ao “ilustre brasileiro”. Fizeram parte desta comissão futuros membros do Instituto Histórico, efetivos e correspondentes, como o Monsenhor Maria-no da Rocha, Benjamim Flores e Alcides Maia. Desde a despedida no Rio, a visita de Bilac foi revestida de caráter oficial, contando com a presença do representante do presidente da República, General Faria, também o deputado federal do PRR Joaquim Osório e o presidente do Banco do Brasil, Homero Batista.⁴ Na ocasião do primeiro dia da estada de Bilac em Porto Alegre, um dos “novos” escritores, que despontava como um “*de mais largo futuro entre os da sua geração, no Brasil*”, Mansueto Bernardi, foi convidado a recitar, no Palácio Municipal, um poema que mandou imprimir em edição especial comemorativa da visita de Olavo Bilac.⁵

O jornal *O Diário* estampava o editorial de boas-vindas ao poeta:

4 Joaquim Osório e Homero Batista foram sócios correspondentes no quadro de fundadores do IHGRGS.

5 O poema chamado *Exaltação* (1916).

Porto Alegre tem a honra de hospedar Olavo Bilac, a mais pura glória das letras brasileiras, o mais nosso dentre os poetas nacionais. “O Diário” presta a sua homenagem ao grande poeta e ao brasileiro ilustre que depois de ter engrandecido a pátria com o seu estro, empreende, neste momento a mais bela e desinteressada campanha do nosso reerguimento moral como povo e como nacionalidade. A Ésquilo concedera a Grécia o prêmio de dirigir um exército como recompensa de haver magnificado com as suas tragédias. Que o Brasil, nessa jornada, se deixe guiar pelo maior dos seus poetas.⁶

O poeta da Liga de Defesa Nacional disse às autoridades sul-riograndenses reunidas na Intendência Municipal na noite da sua recepção:

Rio-grandenses, mais do que nunca o Brasil precisa hoje de vós e confia em vós! Já sendo crentes, sede apóstolos! Já sendo soldados, sede instrutores! Heróis, filhos de netos de heróis, criai novas legiões de heróis! E continuai, aumentai, multiplicai infinitamente o vosso heroísmo, em favor da unidade, da força, da defesa, da paz e da glória do Brasil!⁷

No quarto dia da visita, o poeta falou aos intelectuais locais, numa conferência organizada pela Academia de Letras do Rio Grande do Sul⁸, que teve lugar no Teatro São Pedro:

A literatura que aqui praticais é boa literatura. Todos os vossos livros que já li, trazem a luz e o aroma do vosso ar e dos vossos campos. A vossa história e os vossos costumes, a alma da vossa terra e da vossa gente, poesia da natureza e poesia do povo, vivem nas páginas que tendes imaginado e publicado. É o melhor louvor que vos posso dar. **Exalço e abençoo o vosso nacionalismo literário.** Não vos contaminou o vício da arte dissolvente, em que pontificam distribuidores de palavras ocas, professando que o talento pode reinar sem o patriotismo, como sem a moral. Homens de

6 *O Diário*, Porto Alegre, 1 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

7 *O Diário*, Porto Alegre, 2 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

8 Entre os membros da Academia de Letras do Rio Grande do Sul estavam Mariano da Rocha, Aquiles Porto Alegre, João Pinto da Silva, Alcides Maia, José Paulo Ribeiro, João Maia, Lindolfo Collor, Otávio de Faria, Tancredo Fernandes de Melo, Manuel Joaquim de Faria Correa, todos futuros fundadores do IHGRGS.

letras, sois os mesmos homens simples, amigos da vossa gente, e cidadãos na vida corriqueira e na vida da arte, cidadãos entre os vossos filhos e entre os vossos livros, nos lares que fundastes com vosso afeto e nas obras de ficção que aparelhastes com a vossa inteligência.

Se agradecendo as boas palavras de animação que me dirigistes, venho entreter-vos de assunto que não de pura técnica literária, é porque sei que **a vossa literatura é fruto e flor do vosso patriotismo**. E sei também que o vosso povo vos escuta com carinho e vos lê com confiança... **Dizei-lhe, senhores, que ele deve, como vós, persistir no seu culto regionalista, amando o seu torrão, e cada vez mais se integrando no culto nacionalista, na adoração da unidade da Pátria**. E dizei-lhe que, para os povos dignos, como para os homens nobres, a mais bela virtude é a do desinteresse. [...] A vossa literatura é uma força. Já a aproveitastes para a coesão e consciência dos rio-grandenses: coligindo e catalogando as lendas do povo, os contos singelos e as ingênuas trovas dos vossos campinos, e depois, com o vosso talento e a vossa cultura, estabelecendo em romances e poemas os vários aspectos do trabalho, das lutas, do amor, do entusiasmo de toda a vida da população – de certo modo criastes a existência moral da sociedade em que viveis, porque a fixastes em beleza artística. **Deveis agora aproveitar esta força para uma multiplicação de coesão e consciência – para o trabalho da unidade da Pátria**. Professai e pregai, em todas as páginas que escreverdes, este princípio: a riqueza, o progresso, a ventura de cada um dos fatores da federação não devem ser unicamente inventados e aumentados para o engrandecimento próprio, mas para o engrandecimento do Brasil (grifos meus).⁹

Pesava sobre o Rio Grande do Sul o estigma de “corpo estranho à Nação”. Se, por um lado, havia a constatação de que não existia uma identidade nacional (a qual deveria ser criada), por outro, o Rio Grande do Sul estava mais defasado que outras regiões na sua integração ao quadro da nacionalidade pela desconfiança que pesava sobre o estado em virtude da experiência seccionista de 1835 e da sua proximidade e similaridades culturais com o Prata. Portanto, antes de dar sua contribuição para a criação da identidade nacional, era preciso resolver as suspeitas que recaíam sobre a integração dos sul-rio-grandenses ao Brasil. Nesse sentido, Olavo Bilac indicou a chave discursiva para os intelectuais sul-rio-grandenses resolverem esse dilema e desfazerem aquele estigma. Disse Bilac:

9 O *Diário*, Porto Alegre, 5 de outubro de 1916, p. 5.

A mais bela das virtudes é o desinteresse. O Rio Grande do Sul de todos os trechos da terra brasileira, é talvez o que mais tem sofrido em lutas pela liberdade e pela dignidade da nação, em guerras em favor da formação da nossa soberania. Já ele nos salvou, a todos nós, em dias tristes.¹⁰

É nesse contexto intelectual e ideológico que foi criado o IHGRGS, em 1920, numa das salas do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, por pesquisadores da história local que haviam atendido ao apelo de Olavo Bilac, em 1916, e que assumiram para si a missão de dizer ao Brasil “o que é o Rio Grande” e de sepultar as desconfianças sobre o patriotismo dos rio-grandenses na esteira das comemorações do bicentenário da independência do Brasil, corrigindo as “inverdades que se diziam sobre o Rio Grande” e utilizando a chave discursiva sugerida por Bilac de que o Rio Grande era o “sentinela da nacionalidade”.

A instituição criada e acomodada por dois anos no APERS - sob o patrocínio do seu diretor Florêncio Abreu, que acumulou também o cargo de presidente do IHGRGS - inaugurou uma tendência, primeiro no meio intelectual que depois se estendeu ao campo político, de unificação das elites e superação das clivagens presentes desde a Revolução Federalista de 1893 e, que, ainda se manifestariam na revolução assisista, em 1923. O IHGRGS congregava membros de vários espectros político-partidários e ideológicos, desde o presidente do estado Borges de Medeiros até o líder das oposições, Assis Brasil. O IHGRGS antecipava, desta forma, em quase uma década a pacificação do estado e união das elites políticas regionais.

No momento da criação do IHGRGS, seus membros se viam com a responsabilidade de “abrasileirar o Rio Grande”; posteriormente, na segunda metade da década de 1920, boa parte estaria engajada na missão política de “agauchar o Brasil” (GUTFREIND, 1998).

Outro aspecto importante é o caráter coletivo da criação do IHGRGS. A instituição reunia membros de vários segmentos e estratos sociais: professores, advogados, políticos, padres, militares, jornalistas. Um dado importante daquele grupo era a ocupação de seus membros em quadros e repartições do funcionalismo público, que permite caracterizá-los, principalmente, como oriundos de setores médios urbanos. Boa parte tinha ligações orgânicas com o Partido Republicano Riograndense. A mobilização coletiva desse grupo foi possível graças à tomada de consciência dos intelectuais locais que começaram a se ver como grupo e construir uma identidade coletiva. Os sentimentos comuns que davam a liga ao grupo e

¹⁰ Idem.

reflete o pensamento mais geral dos intelectuais gaúchos: 1) de que o Rio Grande do Sul estava predestinado a ser uma liderança “moral” para o Brasil; 2) a percepção de que se diziam “inverdades” e “calúnias” sobre o Rio Grande do Sul, que precisavam ser revistas e desmentidas; 3) o sentimento de que havia certa “prevenção” para aquilo que se gerava no Rio Grande do Sul em termos de produção cultural.

A criação do IHGRGS foi marco inicial do processo de institucionalização da história no Rio Grande do Sul¹¹ e que definiu os rumos da historiografia sul-rio-grandense pelas décadas seguintes. O reconhecimento e a legitimidade institucional foram construídos *pari passu* ao reconhecimento dos seus intelectuais pelos pares nacionais e pelo espaço de poder local. Esse processo de reconhecimento requereu a formação de redes intelectuais nacionais e internacionais. A criação do Instituto foi iniciativa de um grupo de indivíduos que fez das salas do Arquivo Público do Estado um espaço de sociabilidade intelectual, ou porque trabalhavam ali ou porque realizavam suas pesquisas naquela repartição. Faziam parte desse grupo, Florêncio Abreu, diretor do Arquivo, Eduardo Duarte, funcionário do mesmo órgão público, Otávio Augusto de Faria, diretor da Repartição de Estatística que funcionava junto ao Arquivo Público, José Paulo Ribeiro, notário, e ainda o tenente Souza Docca, que frequentava o Arquivo a fim de realizar suas pesquisas em busca de subsídios para o seu livro *As Causas da Guerra do Paraguai* (1919). Somavam-se a eles, os padres jesuítas João Batista Hafkemeyer e Carlos Teschauer, que, segundo depoimento de Eduardo Duarte, trabalhavam diariamente no mesmo espaço, em pesquisas de caráter histórico. Estes e outros foram os primeiros idealizadores e articuladores da mobilização pela criação do IHGRGS em 1920.

A colaboração interinstitucional foi uma importante estratégia utilizada pelos fundadores do IHGRGS para obter o fortalecimento e sucesso da instituição. Entre as transformações ocorridas na esfera intelectual gaúcha nas primeiras décadas do século XX, pode-se destacar a conquista de um espaço institucional de atuação para os intelectuais rio-grandenses, através da formação e consolidação de um conjunto de posições estratégicas de prestígio intelectual e da formação de uma rede de colaboração entre instituições culturais, públicas ou não, entre as quais podem ser citadas o IHGRGS, o Arquivo Público, o Museu do Estado Júlio de Castilhos.

11 A pesquisa histórica no RS não nasceu com a criação do IHGRGS, mas com ele foi iniciada a institucionalização do saber histórico. Antes, havia a pesquisa histórica individual realizada por estudiosos em arquivos estrangeiros e nacionais, a maior parte fora do Rio Grande do Sul, ou ainda, pelos esforços individuais de pesquisadores que conseguiam coletar documentos e montar arquivos particulares, como foi o caso de Alfredo Ferreira Rodrigues.

Estas instituições, nas décadas de 1920 e 1930, foram dirigidas pelo mesmo grupo de agentes e formavam uma rede de cooperação, tanto no âmbito “político” quanto no aspecto logístico de seu funcionamento que envolvia desde a organização de arquivos e documentos até a etapa de divulgação de resultados de pesquisa e estudos históricos. As oito reuniões preparatórias para a criação do Instituto Histórico ocorreram na “sala principal” do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, na época dirigido por Florêncio Abreu, e que foi presidente do IHGRGS até 1934. Depois de fundado o Instituto, quando ainda não possuía sede própria, teve como primeira sede provisória o próprio Arquivo Público. Posteriormente, o IHGRGS foi “abrigado” no Museu Júlio de Castilhos, então dirigido por Francisco Rodolfo Simch. No ano de 1925 ocorreu a reorganização dessas instituições do estado. O Museu deixou de fazer parte da Secretaria das Obras Públicas e passou à responsabilidade da Secretaria do Interior e do Exterior¹². Nessa reorganização, a 2ª Seção do Arquivo Público, que correspondia ao arquivo histórico, foi transferida para o Museu Júlio de Castilhos, com o referido pessoal.¹³ Nesse ano, já havia sido feita a troca das diretorias do Arquivo Público e do Museu. Alcides Maya tornou-se diretor do Museu do Estado e Francisco Rodolfo Simch foi nomeado diretor do Arquivo Público.¹⁴ Essa reorganização da estrutura da gestão cultural do estado revela o nível político da cooperação e influência dos agentes intelectuais dentro do espaço de poder. Se o IHGRGS estava sediado no Museu, fazia mais sentido aos seus agentes que o Arquivo Histórico fosse desmembrado do Arquivo Público e trazido para o Museu. Durante cinco anos a principal função do Museu foi abrigar o IHGRGS e seus membros, já que não esteve aberto à visitação pública de 1925 até 1929, a não ser aos pesquisadores do Departamento de História Nacional (SOUZA, 2014, p. 42-44).

A seção de História anexada ao Museu, em 1925, ficou sob a direção de Eduardo Duarte, que era um agente central nesse processo de colaboração institucional. Ele foi o principal responsável pela organização da documentação histórica presente no Arquivo Público. Ao mesmo tempo, foi o responsável pela redação da Revista do Arquivo Público (e depois do Museu e Arquivo Histórico) e da Revista do IHGRGS. A relação colaborativa entre o IHGRGS e o Museu (do Estado) Júlio de Castilhos perdurou até o ano de 1943. Tanto Alcides Maya, quanto Francisco Rodolfo Simch eram membros fundadores do IHGRGS, e este último foi eleito seu presidente em 1934.

Assim, fica demonstrado a relação estreita entre instituições, seus

12 Decreto 3527, de 13 de outubro de 1925 (SOUZA, p. 40).

13 Decreto 3528, de 13 de outubro de 1925 (SOUZA, p. 40).

14 Decreto 3473, de 15 de maio de 1925 (SOUZA, p. 40).

agentes e o espaço de poder para o fortalecimento institucional e a consolidação de posições de prestígio intelectual dentro da gestão cultural do estado nos anos 1920 e 1930.

REFERÊNCIAS:

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Riograndense**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo Ática, 1990.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VELLOSO, Monica. A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, vol. 6, n. 11, 1993.

Fontes:

O *Diário*, Porto Alegre, 1 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

O *Diário*, Porto Alegre, 2 de outubro de 1916, p. 1. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

O *Diário*, Porto Alegre, 5 de outubro de 1916, p. 5. Museu da Comunicação José Hipólito da Silveira.

Fonte bibliográfica:

SOUZA, Vanessa Becker. Museu Júlio de Castilhos: 111 anos de História em Arquivos. Porto Alegre: EDIJUC/IHGRGS, 2014, p. 42-44.